

## UM INVENTÁRIO DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS BRASILEIRAS

### *AN INVENTORY OF THE BRAZILIAN TRADITIONAL CONSTRUCTION TECHNIQUES*

Leonardo Barci Castriota<sup>1</sup>  
Vilmar Pereira de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o inventário das técnicas construtivas tradicionais brasileiras, realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do projeto *Mestres Artífices*, nos anos de 2010 e 2011. Trata-se de um trabalho interdisciplinar, que envolve os campos da Antropologia, Arquitetura e História, que trabalharam conjuntamente para aperfeiçoar a metodologia já estruturada pelo *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC) daquele órgão.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Técnicas. Inventário.

**Abstract:** This paper presents a reflection on the inventory of the Brazilian traditional building techniques, conducted by the Historical and Artistic

---

<sup>1</sup> **Leonardo Barci Castriota** é arquiteto-urbanista (1986), com doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e a Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e, desde setembro de 2012, Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH). Foi pesquisador da Rockefeller Foundation e do Getty Conservation Institute, sendo pesquisador com bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, desde 2002 e da FAPEMIG, com a bolsa de Pesquisador Mineiro, desde 2007. Tem atuação também em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio, podendo se destacar a Diretoria de Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1993-1994), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1995-2000), o Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), sendo atualmente membro do Conselho Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (CONEP-MG). Foi Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Minas Gerais (IAB-MG) (1999-2003) e Diretor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2006).

<sup>2</sup> **Vilmar Pereira de Sousa** possui graduação em Geografia (1998), em Licenciatura em História (1998) e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003). É especialista em Metodologia de Ensino de Geografia pela Faculdade de Educação São Luís (1999) e Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2010). Atualmente é professor do Curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da UFMG, além de atuar como autônomo na área de Psicologia, mediação de conflitos e planejamento estratégico. Tem desenvolvido diversos projetos unindo psicologia social e geografia urbana, tendo participado como consultor na elaboração de seis Planos Diretores Participativos, dois Planos de Habitação de Interesse Social, Inventário das Técnicas Construtivas Tradicionais dos estados de Minas Gerais e de Santa Catarina, junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área de Psicologia e Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio, políticas públicas, cidade, morfologia e planejamento e gestão territorial.

Heritage Institute (IPHAN) and the Federal University of Minas Gerais (UFMG), through the project “Master Craftsmen” in 2010 and 2011. It is an interdisciplinary work, involving the fields of Anthropology, Architecture and History, which have worked together to refine the methodology as structured by the National Inventory of Cultural References (INRC) developed by the Federal agency.

**Keywords:** Heritage. Technique. Register.

## INTRODUÇÃO

O patrimônio imaterial ou intangível tem se tornado objeto de crescente atenção no campo acadêmico e das políticas de preservação. É interessante perceber que, em 1989, quando a UNESCO estabeleceu a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, poucos Estados Membros se interessaram pela sua aplicação. Vários acontecimentos, no entanto, mudaram o quadro nos anos 1990: a emergência de numerosos grupos étnicos que procuravam sua identidade em suas culturas tradicionais; as comemorações do 5º Centenário do Descobrimento das Américas, e, principalmente, a rápida expansão da economia de mercado pelo mundo e o tremendo progresso das comunicações e das tecnologias de comunicação e informação. Na esteira da globalização avassaladora, parece reaparecer com força a questão das identidades culturais que são amplamente lastreadas nesta dimensão “imaterial” do patrimônio<sup>3</sup>.

Nesta última década, a UNESCO começa a implantar um amplo programa na área, instituindo ações como a nomeação dos “*Tesouros Humanos Vivos*” e, mais recentemente, a “*Proclamação das Obras-primas do Patrimônio Imaterial da Humanidade*”. Além disso, foi aprovada em outubro de 2003, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível*, preparada por meio de estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros dos governos, que regula o tema do patrimônio cultural imaterial, complementando a *Convenção do Patrimônio Mundial*, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 já adotava um conceito ampliado do patrimônio cultural, que compreendia a dimensão intangível da cultura.

<sup>3</sup> A própria *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível*, aprovada em 2003, enuncia: “Reconhecendo que os processos de mundialização e de transformação social por um lado criam as condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, porém, por outro, também trazem consigo, (...) graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de recursos para salvaguardá-lo”.

Em 1997, a *Carta de Fortaleza*, resultado do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, recomendava que se aprofundassem os estudos na área, com auxílio das universidades e instituições de pesquisa, bem como se criasse um grupo de trabalho destinado a regulamentar o instituto denominado “registro”, voltado especificamente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial. Seguindo tais orientações, vai ser criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o *Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI)*, que, após dezessete meses de trabalho, propõe a regulamentação do instituto do “registro cultural” em nosso país, efetivada através do Decreto N. 3.551, de 04 de agosto de 2000.

Aqui nos parece importante ressaltar que a revalorização atual do chamado patrimônio imaterial ou intangível passa pela compreensão do patrimônio não mais como um produto, mas como um processo. Mediante essas expressões ressalta-se, como anota texto do IPHAN,

a importância que têm os processos de criação e manutenção do conhecimento sobre o seu produto (a festa, a dança, a peça de cerâmica, por exemplo). Ou seja, procuram enfatizar que interessa mais como patrimônio o conhecimento, o processo de criação e o modelo, do que o resultado, embora este seja sua expressão indubitavelmente material<sup>4</sup>.

É neste quadro mais amplo que devem ser situadas as chamadas técnicas construtivas tradicionais, importante “saber fazer” a ser preservado como patrimônio intangível. Como se sabe, a arquitetura tradicional, fruto de um conhecimento profundo do meio envolvente e da sua relação com os materiais, é um dos mais importantes testemunhos dos modos de viver de um povo e da visão de mundo de uma cultura, que se manifesta na presença humana no território, integrando contextos socioeconômicos, técnicos e culturais. Essa ocupação, no entanto, não pode ser compreendida (nem preservada) apenas em sua dimensão física, na medida em que repousa, em última instância, num “saber-fazer” que a gerou: as técnicas construtivas tradicionais.

Ao se tratar dessas técnicas tradicionais não podemos perder de vista que, num mundo em rápido processo de globalização e homogeneização cultural, elas se encontram crescentemente ameaçadas por um processo de rápido desaparecimento. Se esta vai ser a tendência dominante, pode ser detectada, no entanto, uma contratendência no que diz respeito às técnicas tradicionais: o reconhecimento da

---

<sup>4</sup> MINC/IPHAN, 2003, p. 17. Nesta mesma linha vai a Convenção, que define o patrimônio imaterial como “os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como patê integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003).

necessidade de se preservar o patrimônio edificado bem como a crescente preocupação ecológica têm levado à sua revalorização. Assim é que, aos poucos, tem-se desenvolvido todo um trabalho de pesquisa e recuperação da memória, através de várias estratégias, desde investigações em laboratórios até consultas aos velhos mestres.

Em alguns casos, como em Portugal, ao se constatar que havia falta de técnicos especializados para a recuperação do patrimônio, chegaram-se a se estabelecer cursos como o de Mestre de Construção Civil Tradicional, pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, numa parceria com a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nesta mesma linha, no Brasil a parceria IPHAN / MONUMENTA / UNESCO tem desenvolvido vários cursos para a formação de oficiais em diversas dessas técnicas. E aqui não se trata apenas de se recuperar técnicas próprias para o restauro: o fato é que muitas dessas técnicas construtivas tradicionais prestam-se perfeitamente a uma construção ecologicamente mais adequada, conforme as visões mais contemporâneas de um desenvolvimento sustentável. Assim, foi unindo essas duas perspectivas – preservação do patrimônio e novas construções sustentáveis – que se criaram vários projetos internacionais, entre os quais pode se destacar a Cátedra UNESCO sobre Arquitetura de Terra, Culturas Construtivas e Desenvolvimento Sustentável<sup>5</sup>.

## **OS INVENTÁRIOS COMO INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL**

Para “assegurar a identificação com fins de salvaguarda” desses bens, a Convenção de 2003 recomenda a execução de “inventários nacionais de bens culturais a serem protegidos”, estabelecendo em seu artigo 12, que cada Estado Parte deverá confeccionar “um ou vários inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território”. Em relação especificamente às “técnicas tradicionais relacionadas ao patrimônio cultural tangível (como, por exemplo, as técnicas associadas à arquitetura vernacular)”, a UNESCO recomenda a sua manutenção e registro, “para manter o estoque de técnicas para restauração, manutenção e substituição do patrimônio tangível criado por técnicas tradicionais”<sup>6</sup>. Assim, no campo da identificação em geral,

---

<sup>5</sup> Criada em 1991, essa Cátedra UNESCO agrupa o (Centro Internacional de Construção de Terra (CRATerre-EAG), o Instituto de Conservação Getty e o Centro Internacional de Estudos sobre a Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural.

<sup>6</sup> Some Considerations on the Protection of the Intangible Heritage: Claims and Remedies. Lyndel V. Prott. Chief International Standards Section Division of Cultural Heritage, UNESCO.

já se publicou um manual sobre como coletar o patrimônio musical, e está sendo preparado um manual para se coletar o saber fazer (*know-how*) da arquitetura tradicional.<sup>7</sup>

No caso brasileiro, a temática do patrimônio imaterial ganha nova força a partir da redemocratização do país, especialmente no processo de feitura da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, resultado de um amplo processo de discussão, com envolvimento de vários setores da sociedade brasileira. Ali se reserva um tratamento inovador às questões referentes à preservação cultural, assentando-se esta sobre o conceito mais abrangente de “bem cultural”. Assim, a Carta Magna brasileira define:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- as formas de expressão;
- os modos de criar, fazer e viver
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como se pode perceber, a Constituição revê o conceito de patrimônio cultural, absorvendo a ampliação conceitual de que ele vinha sendo objeto, e passa a tratar também dos bens imateriais, falando nas “formas de expressão” e nos “modos de criar, fazer e viver”, que são manifestações eminentemente intangíveis. Além disso, percebe-se preocupação análoga no tratamento conferido às comunidades indígenas, agora protagonistas de capítulo autônomo da Constituição Federal, onde se fala da tutela de seus “costumes, línguas, crenças e tradições”, (art. 231 da CF).

Assim, pode-se perceber como as definições trazidas pela Constituição Federal, ao contemplar pela primeira vez bens que, embora dotados de grande significação para a cultura brasileira, jamais haviam merecido atenção legislativa, se afinam com as discussões mais recentes no plano internacional, estando em harmonia, por exemplo, com as formulações da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO, firmada em 2003. Com isso, rompe-se com uma visão, ainda cristalizada nos nossos instrumentos jurídicos anteriores, que restringia a proteção do patrimônio

---

<sup>7</sup> The UNESCO Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore (1989): Actions Undertaken by UNESCO for Its Implementation. Mrs. Noriko Aikawa. Director Intangible Heritage Unit, UNESCO.

aos bens tangíveis, num enfoque reificado da cultura compreendendo-se o patrimônio com esse novo enfoque não mais como um produto, mas como um processo.<sup>8</sup>

No entanto, não bastava definir o patrimônio de forma mais ampla: era necessário também se propor medidas efetivas para a proteção desta dimensão, desafio que já se colocara desde o anteprojeto de Mário de Andrade e as primeiras formulações do SPHAN, que, por razões operativas, termina por se concentrar no chamado patrimônio “pedra e cal”. No caso brasileiro, só muitos anos depois da aprovação da Constituição de 1988 é que vão se adotar políticas públicas efetivas para responder a essas novas formulações, com a promulgação do Decreto 3.551/2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que visa à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio. Para isso, o PNPI busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento, atuando nas linhas de pesquisa, documentação e informação; sustentabilidade; promoção e capacitação.

Seus principais instrumentos são o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento legal e técnico, respectivamente. Respeitando a diversidade desse novo campo, o Decreto 3551 propõe o registro dos bens culturais, segundo sua natureza, nos seguintes livros: Livro de Registro dos Saberes, para os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; Livro de Registro de Celebrações, para os “rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social”; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as “manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; e Livro de Registro dos Lugares, para “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”, podendo ainda ser criados novos livros para abarcar melhor as especificidades do patrimônio.

Como um instrumento técnico complementar ao registro cultural, o IPHAN desenvolveu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que tem como objetivo, na sua formulação oficial, “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social<sup>9</sup>”. Além das categorias estabelecidas no Registro, o INRC vai contemplar ainda edificações associadas a certos

---

<sup>8</sup> A esse respeito, confira BOSI, 1987.

<sup>9</sup> <http://portal.iphan.gov.br>.

usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

Aqui cabe destacar que o inventário tem se mostrado um extraordinário instrumento de preservação, não só por conseguir trabalhar com uma determinada base espacial – cuja escala pode variar referindo-se a um a vila, a um bairro, uma mancha urbana e mesmo a uma cidade –, mas principalmente por conseguir mostrar, dentro daquela base, as relações que os diversos bens culturais têm entre si. Sua metodologia tem a liberdade de ir do geral ao particular, do material ao imaterial, da tradição à reinvenção, pois não se prende a nenhum paradigma imobilizador ou a nenhuma utopia museificante. Ele parte do princípio que entende a cultura como um processo vivo, e “no limite, ele propõe, em seu conjunto, o que chamaria de uma epistemologia com base nas ontologias ou nos conhecimentos produzidos sobre cada um dos bens inventariados” (OLIVEIRA, 2005, p.3). Assim, como anota Ana Gita Oliveira, o inventário pode constituir, de fato,

instrumento organizador dos conhecimentos locais em nexos regionais e nacionais, realizando também a síntese da dicotomia, já superada, entre o material e o imaterial, referida na Constituição Federal de 1988. Vale lembrar, porém, que essa dicotomia traduziu-se, durante as décadas de 70 e 80, em uma tensão estruturante do campo patrimonial. O INRC propõe a sua superação. Ele permite ainda entender a abrangência dos processos culturais definidores desses bens, do poder transformador dos padrões culturais em curso, identificando as transformações nas tradições a que pertencem (OLIVEIRA, 2005, p.3).

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial já realizou, até o início de 2010, 58 inventários, vários deles em parceria com órgãos públicos ou filantrópicos, podendo se citar, entre outros, os inventários do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, do Ofício das Baianas de Acarajé, da Viola do Cocho, do jongo, da Cerâmica Candeal, do Bumba-meu-Boi, do Museu Aberto do Descobrimento<sup>10</sup>.

Como se vê, trata-se de um processo em curso, estando o INRC ainda em processo de avaliação e adequação, suscitando várias questões, assim como todos os outros instrumentos relativos ao registro e a salvaguarda dos bens imateriais. No entanto, cabe destacar o grande interesse que tais instrumentos têm despertado na sociedade, multiplicando-se, por exemplo, os pedidos junto ao IPHAN de registro e de utilização da metodologia do INRC. Frente a essa última demanda, o IPHAN vai instituir em 2009 parâmetros gerais para o “licenciamento” para a utilização do INRC,

<sup>10</sup> Para uma avaliação atualizada, consultar a página do IPHAN, em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12310&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

instrumento técnico de levantamento e pesquisa das referências culturais, que passa a poder ser aplicado também por pessoas físicas e jurídicas externas ao órgão federal. Com isso, o instrumento pode ganhar em abrangência, permitindo-se criar um banco de dados amplo e alimentado, no espírito da Constituição Federal, “com a colaboração da comunidade”.

## UM INVENTÁRIO DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS

### BRASILEIRAS

Ao propor a identificação e documentação de mestres artífices detentores dos saberes das técnicas construtivas tradicionais da arquitetura brasileira, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) busca realizar um inventariamento temático das técnicas construtivas tradicionais no Brasil, nos moldes do que já se faz, por exemplo, em alguns países da Ásia, onde se mantêm bancos de dados sobre as técnicas tradicionais locais. Poderíamos citar vários exemplos deste tipo de ação no continente asiático: o Seminário Internacional para a Salvaguarda e Promoção das Técnicas Tradicionais em Bambu na Vida Moderna, promovido no Vietnã em 1997, a 7ª *Regional Workshop of East Asian Lacquerware* (Myanmar, 1996) e o Banco de Dados sobre Artes Cênicas Tradicionais e Populares na Ásia e no Pacífico<sup>11</sup>, todos financiados pelo *Japanese Trust Fund for the Preservation and Promotion of Intangible Cultural Heritage* instituído junto à UNESCO.

No caso brasileiro, no sentido de produzir informação sistematizada, o inventário das técnicas construtivas tradicionais será completado com a inserção das informações num banco de dados especialmente projetado para tal fim, a ser disponibilizado para os pesquisadores e para o público em geral, e integrado ao banco mais geral mantido pelo IPHAN para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Neste caso específico, cabe chamar a atenção para o fato do inventariamento das técnicas construtivas tradicionais, realizado no âmbito do projeto “Mestres Artífices” apresentar um eixo temático e não espacial, como foi a tônica predominante em grande parte dos trabalhos desenvolvidos pelo IPHAN. Apesar disso, não podemos perder de vista que a própria estrutura do INRC dá importância à dimensão espacial dos bens inventariados, ao ligá-los sempre a “sítios” e “localidades”.

Finalmente, cabe chamar a atenção ainda para um dos marcos teóricos centrais deste trabalho, a noção de “referência cultural”, tal como tem sido utilizada no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) do Ministério da Cultura e no

---

<sup>11</sup> <http://www3.accu.or.jp/PAAP/>

INRC, desenvolvido pelo IPHAN. É importante perceber que, ao se adotar esta expressão, está se privilegiando não só a diversidade da produção material, mas também “dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”. Assim, se as informações a serem coletadas partem sempre de um “suporte” material – no caso, práticas culturais -, elas só se constituem em “referências culturais” “quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos”. Com isso, os sujeitos de diferentes contextos culturais não têm papel apenas de “informantes”, mas também de “intérpretes” de seu patrimônio cultural<sup>12</sup>. Seguindo esta lógica, as técnicas construtivas tradicionais registradas são sempre referenciadas – antropologicamente – a seu contexto cultural mais amplo.

Do ponto de vista metodológico, a interdisciplinaridade, envolvendo os campos da antropologia, arquitetura e história, foi a palavra chave para o desenvolvimento do trabalho. De fato, mais que simplesmente utilizar o conhecimento de cada um destes campos foi fundamental a utilização de uma metodologia que, dentro do referencial básico já estruturado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), levasse a uma abordagem adequada à complexidade do objeto. No centro desse método encontra-se a abordagem antropológica, fundamental para a perfeita compreensão do universo e significado de cada técnica. No entanto, essa compreensão não se limita ao significado para o mestre ou a cultura em questão, tendo origem e significado no próprio fazer, para cujo entendimento a dimensão da arquitetura é fundamental. No conhecimento das formas e seus desdobramentos tecnológicos é possível uma nova leitura e compreensão de todo o conhecimento já registrado pela dimensão cultural antropológica do objeto. A esses campos se junta também a história, que, por meio da leitura dos registros dos arquivos e da compreensão do próprio desenvolvimento das técnicas, conforma uma dimensão inicial e final em todo o processo.

Assim, dentro da estrutura geral do INRC, a abordagem dos mestres e o registro de suas técnicas exigiram uma perspectiva interdisciplinar, estruturada a partir dos campos complementares da Antropologia, Arquitetura e História: a Antropologia com sua abordagem e método de registro da cultura específica das comunidades; a história, com seus métodos de pesquisa documental e sua abordagem de registro da história oral e a arquitetura com seus métodos específicos de registro das técnicas, que utilizam largamente elementos gráficos como desenhos e croquis. Com isso, as técnicas puderam ser registradas e estudadas a partir de uma metodologia que permitiu não só o registro de todas as suas dimensões (cultural, estética, tecnológica, etc.,...) mas, e principalmente, a interface entre elas, permitindo um aprofundamento do

---

<sup>12</sup> LONDRES, 2003, p. 14.

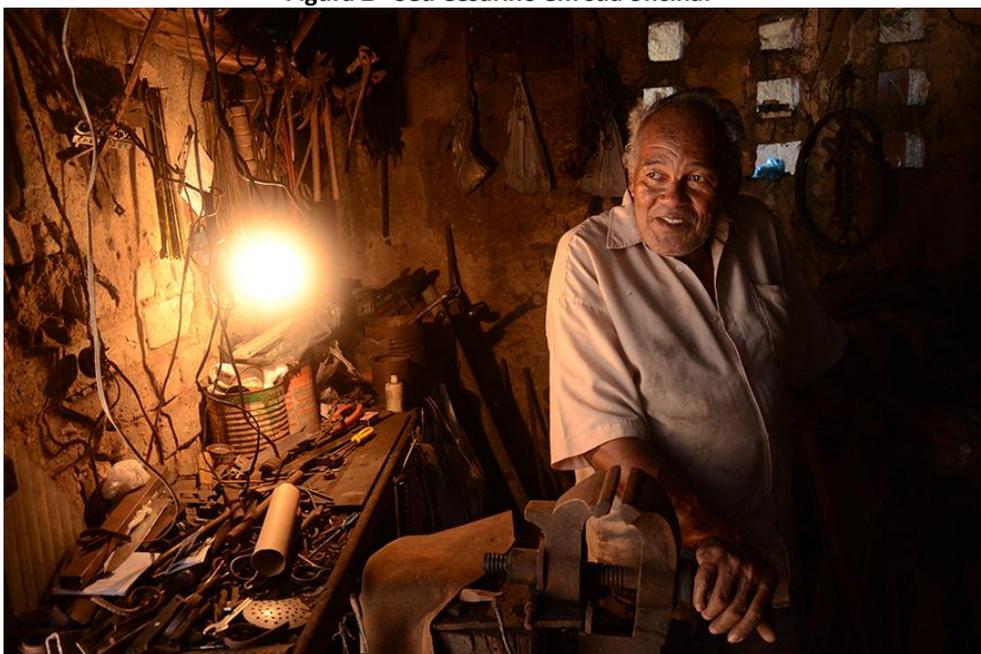
conhecimento e registro em aproximações sucessivas, fundamentais para a abordagem de objeto tão complexo como as técnicas construtivas tradicionais.

**Figura 1 – Garlape - ferramenta para confecção de telhas.**



Fonte: Acervo do autor.

**Figura 2 - Seu Cesarino em sua oficina.**



Fonte: Acervo do autor.

**Figura 3 - Marcenaria.**



Fonte: Acervo do autor.

**Figura 4 - Forma de adobe.**



Fonte: Acervo do autor.

## O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO

Finalmente, cabe chamar a atenção para outro objetivo desse projeto: propor ações estratégicas para a preservação e transmissão do saber vinculado às práticas tradicionais da construção. Em sua atuação sobre o patrimônio imaterial, o IPHAN tem desenvolvido planos de salvaguarda, que, na mesma linha proposta pela UNESCO, vão atuar na melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução, que possibilitam a existência do bem cultural de forma a apoiar sua continuidade de modo sustentável. Não se trata aqui, como no caso do patrimônio material, de apenas garantir a preservação de bens culturais, mas muitas vezes de se garantir o apoio para sua sobrevivência. Como se tem visto, esse apoio pode acontecer de formas variadas, podendo viabilizar desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos, objetivando a sua transmissão, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas. Nesta perspectiva, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial já realizou os diversos Planos de Salvaguarda, podendo se citar aqueles concernentes à Arte Kusiwa – Pintura corporal e Arte gráfica Wajãpi, ao samba de roda do Recôncavo baiano, ao ofício das Paneleiras de Goiabeiras, à viola de cocho, entre outros. As ações prioritárias nesses Planos de salvaguarda, pautadas pelas questões observadas nos inventários e debatidas com os segmentos sociais envolvidos e interessados, se estruturam em duas linhas gerais: difusão (produção de filmes, cd-rom's e impressos) e articulação/fortalecimento de grupos e comunidades (reuniões, oficinas, etc.).

Com isso se retoma aquele desafio que já se colocava para o Centro Nacional de Referência Cultural nos anos 1980: como realizar um trabalho de preservação orientado a partir da noção – ampla e dinâmica – de referência cultural? Não se trata aqui, como no caso da noção tradicional de patrimônio, de se preservar apenas em sua materialidade bens de grande valor, valor esse reconhecido extrinsecamente por técnicos dos órgãos de preservação. Aqui, ao contrário, coloca-se a questão da referência que esses bens vão ter para os próprios sujeitos envolvidos na dinâmica de sua produção, circulação e consumo, reconhecendo-lhes, como anota Cecília Fonseca, o estatuto “de legítimos detentores não apenas de um saber-fazer, como também do destino de sua própria cultura”.

No caso das técnicas construtivas tradicionais, a iniciativa de se realizar, através do projeto “Mestres Artífices”, o seu completo inventariamento parece-nos o primeiro passo de um processo, que teria sequência com a instauração de um procedimento de certificação desses mestres, que poderia se constituir em instrumento eficaz de valorização dos saberes tradicionais e, ao mesmo tempo, criar instrumentos legais de melhoria de mão de obra envolvida nos processos de restauro. A nosso ver, o atual

aquecimento do mercado da construção civil e programas como o PAC das Cidades Históricas<sup>13</sup> poderão significar, de fato, uma ampliação significativa no mercado de restauração no país, gerando, conseqüentemente, uma maior demanda por mão de obra qualificada na área e condições de maior atratividade para a formação nos ofícios tradicionais. E aqui se abrem novos desafios: como garantir a qualidade na execução desses ofícios? Como combinar a perspectiva das técnicas tradicionais com as descobertas científicas na área, que poderiam aprimorá-las? Como lidar, na contemporaneidade, com o ensino dos ofícios tradicionais?

Os diversos aspectos envolvidos na preservação e transmissão do saber vinculado às práticas tradicionais da construção – econômicos, culturais, sociais, pedagógicos -, estão, portanto, a demandar a realização de um completo plano de salvaguarda.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho se tornou possível graças ao patrocínio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), que o financiaram.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Berta G. **Arte indígena, linguagem visual**: Indigenous art, visual language. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

AVILA, Affonso. **Barroco Mineiro**: Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BOAS, Franz. **El Arte Primitivo**. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 1947.

---

<sup>13</sup> Lançado pelo Governo Federal em outubro de 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas deverá destinar, nos próximos anos, R\$ 890 milhões para a preservação do patrimônio histórico nacional. Através dele, as cidades históricas contempladas poderão receber obras de requalificação e infraestrutura urbana e de recuperação de monumentos e imóveis públicos. Também estão previstas ações de divulgação, nacional e internacionalmente, de sítios históricos, espaços públicos, monumentos e símbolos socioculturais do país, além de cursos de especialização para guias de turismo e da criação de uma página na internet bilíngue sobre as cidades.

BOSI, Alfredo. **Cultura como tradição**. In: FUNARTE. *Tradição e contradição na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BOSI, Alfredo. **Colônia, culto e cultura**. In: \_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

BROWN, Nina. Friedrich Ratzel, Clark Wissler, and Carl Sauer: **Culture Area Research and Mapping**. University of California, Santa Barbara, CA, s/d. Disponível em: <<http://www.csiss.org/classics/content/15>>. Acesso em: 16 jul. 2013

DICIONARIO ELETRÔNICO HOUAISS. Rio de Janeiro: Editora Objetivo, 2001.

GUSS, David M. **To weave and sing**: art, symbol, and narrative in the South American rainforest. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1989.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

HERSKOVITS, Melville, J. **El hombre y sus obras**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económico, 1968. 783 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Semeador e o Ladrilhador**. In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Sistemas construtivos coloniais**. In: VARGAS, Milton (Org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

KATINSKI, Júlio. **Ofícios de Madeira no Brasil**. Março 2003. Disponível em: <[http://www.mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/kantiski\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/kantiski_01.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2013

LEVI-STRAUSS, Claude. **A Oleira Ciumenta**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Olhar, Escutar, Ler**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Companhia das Letras. 1997a.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Tradução de Tânia Pelegrini. 2ª edição. Campinas: Papyrus. 1997b.

MAXAKALI, Totó. et al. **Mõgmõka yõg kutex xi ãgtux** (Cantos e histórias do gavião espírito). Estudo, organização e versão final de Rosângela Pereira de Tugny. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009a.

MAXAKALI, Toninho. et al. **Yãmĩyxop xũnĩm yõg kutex xi ãgtux** (Cantos e histórias do morcego espírito). Estudo, organização e versão final Rosângela Pereira de Tugny. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009b.

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **Políticas públicas e a participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. In: KRAWCZYK, Flavio (org.). *Da necessidade do moderno: o futuro de Porto Alegre do século passado*. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

OLIVEIRA, Ana Gita de. **Salvaguarda do patrimônio cultural**: bases para constituição de direitos. 2005. Disponível em: <[hemi.nyu.edu/esp/seminar/brazil2005/ana\\_gita\\_keynote\\_text.doc](http://hemi.nyu.edu/esp/seminar/brazil2005/ana_gita_keynote_text.doc)>.

REAL, Regina M. **Dicionário de Belas Artes**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

RIBEIRO, Berta G. **Dicionário do Artesanato Indígena**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988. 343 p.

RIBEIRO, Berta G. **Arte indígena, linguagem visual/Indigenous art, visual language**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1989. 186 p.

ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE OF GREAT BRITAIN AND IRELAND: **Guia Prático de Antropologia**, São Paulo: CULTRIX, 1973.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais**. Paris: Grimbart et Dorez, Libraire. 1830. 466 p.

SANTOS, Milton. **O espaço geográfico, um híbrido**. In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT). **Cities in a globalizing world**: Global report on human settlements 2001. London: Earthscan Publications Ltd, 2001.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Mineiridade**: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VASCONCELOS, Sylvio de. 5. ed. **Arquitetura do Brasil**: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 186 p.

VILELA, Clarisse M. Artes e ofícios. **A cantaria Mineira**. *Arquitextos*, São Paulo, v. 41, n. 3, 2003.  
Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/646>>. Acesso em: 08 nov. 2010.